

Líderes do PMDB assinam manifesto parlamentarista

BRASÍLIA — O PMDB firmou posição quase oficial na defesa do parlamentarismo como novo regime para o país: os líderes do partido na Câmara (Luís Henrique), no Senado (Fernando Henrique Cardoso) e da Constituinte (Euclides Scalco) subscreveram o manifesto do grupo parlamentarista, endereçado ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, que defende a adoção do sistema ainda no governo do presidente José Sarney.

Apesar de o manifesto defender a participação e o apoio de Sarney para a implantação do parlamentarismo, nenhum integrante do grupo acredita que, a esta altura, possa haver algum tipo de entendimento. Um dos autores do documento, o senador José Richa (PMDB-PR), adverte porém que nenhum sistema de governo, seja o atual ou o que foi adotado, conseguirá sobreviver a uma contestação. Daí o senador defender o consenso para o parlamentarismo.

Resistência — “O governo está trabalhando, mas para a aprovação da emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes” — afirmou o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), cuja ponderação é não ter obrigação de seguir uma orientação que não conste do programa partidário. “Eu esperava que esse manifesto fosse mais objetivo”, observou o líder do governo, Carlos Sant’Anna, para quem seria indispensável, como ponto de referência para uma eventual negociação, que o grupo parlamentarista chegasse a um consenso já em forma de emenda ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

O relator, segundo Sant’Anna, já deixou claro que, se não houver um consenso sobre o sistema de governo, ele vai repetir no seu relatório o parlamentarismo puro do senador Afonso Arinos. Ontem, segundo o líder do governo, era o último dia que, na prática, o governo teria para chegar a algum acordo com o grupo parlamentarista.

Subscrito apenas pelos membros da Comissão de Sistematização, o manifesto, que o senador Richa classifica de “documento de intenções”, será entregue também ao presidente José Sarney, a pedido do grupo, que fará do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, o seu portador. “Parece mais coisa de diplomata”, afirmou Egidio Ferreira Lima, um dos que consideram difícil chegar a um acordo com Sarney.

Os partidários da adoção do parlamentarismo em três anos, concedendo mais um ano para Sarney, estão preocupados com a possibilidade de um confronto com o governo, o que os forçaria, no último caso, a abrir mão de suas convicções parlamentaristas para se aliar a ao presidente. Prisco Vianna confirma que Sarney ficou decepcionado pelo fato de os parlamentaristas não terem chegado a um consenso: “prometeram uma coisa para o presidente, que ele não pediu, e não conseguiram demonstrar a força que diziam ter”, afirmou.

Relator conhece as dificuldades

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), foi informado das dificuldades enfrentadas pelos parlamentaristas para encontrar uma proposta comum sobre o futuro sistema de governo. Segundo uma fonte, ele admitiu que, nessas circunstâncias, o presidencialismo parlamentarizado — proposto pelo deputado Ulysses Guimarães — pode ter as simpatias do Palácio do Planalto.

A reunião com Cabral foi na casa de Ulysses, pela manhã. Estavam lá o líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR); o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP); e o líder na Câmara, deputado Luís Henrique (SC). Luís Henrique disse ao relator que as negociações entre os parlamentaristas, feitas na noite anterior na casa do deputado Aleni Guerra (PFL-PR), “foram muito ruins”.

A proposta do deputado Ulysses Guimarães para o sistema de governo, redigida com ajuda do jurista Miguel Reale Júnior, mantém o presidencialismo como ponto central, mas admite a figura de um primeiro-ministro para assessorar o presidente, além de aumentar os poderes do Congresso.

Ensino — À tarde, Cabral recebeu, em seu gabinete na Câmara, a direção da Andes (Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior) e um grupo formado pelos deputados Octávio Elísio (PMDB-MG), Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Paulo Delgado (PT-MG). Disse aos deputados que manterá em seu parecer, que divulgará sexta-feira, a vinculação de verbas do orçamento da União e Estados para educação: 18% das verbas federais e 25% das estaduais.



Brasília — José Varela
Fernando Henrique (E) com Richa: acordo difícil

Cabral incluirá 40 horas

A nova Constituição deverá estabelecer a semana de 40 horas para os trabalhadores e conceder, nas disposições transitórias, prazo de dois meses para que as empresas se adaptem à nova exigência. O deputado Bernardo Cabral disse à cúpula do movimento sindical que está inclinado a aceitar essa fórmula, sugerida pelo líder do PT, deputado Luis Ignácio da Silva, Lula. Prometeu ainda aproveitar, na íntegra, a proposta do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), que proíbe a demissão imotivada. Os sindicalistas saíram do encontro com o relator da Constituinte entusiasmados.

Logo após a abertura do V Encontro Nacional do DIAP, Cabral reuniu-se com os presidentes da CUT, Jair Meneghelli; da Contag, José Francisco; e do DIAP, Ulysses Ridel, além de Lula, do deputado Paulo Delgado (PT-MG) e outras lideranças sindicais. O relator considerou “irrefutável” o argumento de Lula sobre a semana de 40 horas.

Argumento de Lula — “A maioria dos grandes sindicatos conseguirá até novembro deste ano, nos seus acordos coletivos de trabalho, semanas de 42 a 44 horas de trabalho semanais. Se a Constituição não contemplar as 40 horas, já estará sendo aprovada com defasagem da nossa realidade. Como sabemos que é impossível implantar esse processo imediatamente, nas disposições transitórias é possível prever que as empresas tenham dois anos para se adaptarem”, afirmou Lula.

Segundo relato dos presentes, Cabral comprometeu-se a aceitar a proposta das 40 horas, apesar das pressões, e assegurou: “De qualquer forma, fiquem tranquilos porque o trabalhador será amplamente contemplado no meu substitutivo.”

Estabilidade — A estabilidade, considerada ponto prioritário pelas lideranças sindicais, também foi longamente debatida. Cabral anunciou que vai aproveitar, na íntegra, a proposta do DIAP, que diz:

“Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

1 - proteção ao contrato de trabalho pela proibição da demissão imotivada, assim considerada a que não se fundar em falta grave, motivo econômico intransponível, força maior, sob pena de reintegração, ressalvados:

a) contratos a termo não superiores a dois anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa;

b) contratos de experiência, com prazos não superiores a 90 dias, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado;

c) empresas com menos de dez empregados (nesse caso pode haver mudança para empresas com menos de 20 empregados)

d) exercício de cargo de confiança imediata.”

□ O relator Bernardo Cabral, reunido com cerca de 30 deputados de esquerda, ontem à noite, no apartamento da deputada Moema São Thiago (PDT-CE), informou que, em seu novo substitutivo, pretende estender o voto aos maiores de 16 anos. Ele admitiu, além disso, dar uma nova redação ao artigo que trata da anistia, incluindo também os atingidos por atos administrativos com motivação política — o que beneficiaria milhares de marinheiros. Confirmou que fará mudanças nas questões da destinação constitucional das Forças Armadas e da concessão de canais de rádio e TV.

Caduca o verbo “proibir”

Pelo novo projeto de Constituição, a ser divulgado sexta-feira, não haverá mais censura no Brasil com a finalidade de vetar ou cortar espetáculos e diversões públicas, mas apenas para classificar por idade. Acaba assim a censura prévia, e o cinema, o teatro e os shows musicais passam a ser livres. Apenas a televisão e o rádio ficam sujeitos a ações judiciais de famílias ou qualquer pessoa que julgar inconveniente um programa ou achar que a moral ou os costumes foram atingidos.

O jurista Miguel Reale Júnior informou que o verbo “proibir” foi substituído no texto do anteprojeto pelo verbo “regular”. Diz o artigo que “é vedada toda censura de natureza política ou ideológica, cabendo ao poder público regulamentar nas emissoras de rádio e televisão qualquer programa ou mensagem publicitária que se utilize de temas ou imagens pornográficas, ou atentem contra a moral, a saúde e os costumes da família, ou estimulem a violência”.

Classificação — A deputada

Censura aplaude proposta

O presidente do Conselho Federal de Censura, Galba Velloso, considerou um avanço na proposta da Constituição o dispositivo que permite aos pais de família solicitarem ao Ministério Público a retirada do ar de programa de rádio ou televisão, considerado pornográfico ou incitador da violência. “Sou favorável porque transfere do governo para a própria sociedade a responsabilidade da classificação dos programas”, explica Galba. Desde abril, quando assumiu a presidência do Conselho Federal de Censura, Galba Velloso, defende a extinção de

Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das maiores defensoras dessa nova redação, diz que com isso as emissoras de rádio e televisão terão completa liberdade de atuação, desde que a programação seja submetida a classificação. Os programas deverão obrigatoriamente ser antecidos de uma mensagem informando sobre a censura classificatória a que foram submetidos. Um exemplo: anúncio publicitário que trouxer nus deverá fazer constar num canto do vídeo a idade permitida ao público telespectador. Da mesma forma, a mensagem que divulgar cigarros, terá uma informação sobre o mal que ele faz à saúde.

A censura classificatória continuará a cargo da Polícia Federal, mas, além de garantir à família o instrumento judicial que lhe permite ingressar na Justiça para tirar um programa do ar acionando o Ministério Público, o anteprojeto assegura a qualquer um esse instrumento legal de proteção contra programas de rádio e televisão também no capítulo dos “Direitos Individuais”.

qualquer tipo de censura. Até hoje não foi feita nenhuma interdição, apenas a classificação dos filmes e programas de televisão por idade. “No cinema e no teatro é mais fácil. Mas, a televisão já faz a sua própria classificação, cortando cenas para adaptar ao horário que serão exibidas”, esclareceu.

O presidente do Conselho lembrou que a censura, exercida apenas pelo governo, está assegurada pela legislação atual, também para ser requerida pela própria sociedade.

Sarney vai partir para o confronto

O presidente José Sarney recuou. Recuou de sua posição de admitir um entendimento em torno da adoção do parlamentarismo em conta-gotas e quer pagar para ver quem será capaz de derrotar as forças aliadas do governo na Constituinte, empenhadas em manter o presidencialismo. “Houve um refluxo e o presidente, de fato, endureceu”, anunciou o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) em reunião, ontem à noite, no apartamento do deputado Aleni Guerra (PFL-PR). Cid é interlocutor frequente de Sarney.

Na ocasião, o senador José Richa (PMDB-PR), como Cid, ocupado em negociar o parlamentarismo gradual, confirmou o recuo de Sarney: “Agora, ficou tudo muito mais difícil”. Richa foi além: “Adotarmos o parlamentarismo em confronto com o presidente, prefiro aprovar a emenda Theodoro Mendes”. Inspirada por Sarney, a emenda mantém o presidencialismo como sistema de governo, embora fortaleça o Congresso. “As chances do parlamentarismo já foram melhores”, avaliou ontem Aleni.

Pesou na decisão de Sarney de endurecer o jogo a ação do deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara. Lourenço continua garantindo a Sarney que o presidencialismo será aprovado pela maioria dos votos da Comissão de Sistematização, que examinará o próximo anteprojeto de constituição do deputado Bernardo Cabral; e que ocorrerá a mesma coisa quando a questão, afinal, for submetida ao plenário da Constituinte. “Os parlamentaristas estão blefando”, acusa o líder do PFL.

No último domingo, Lourenço conversou longamente com o presidente e ameaçou renunciar à liderança se o governo insistisse em admitir qualquer acordo em relação ao parlamentarismo. Naquele mesmo dia, depois de retornar de uma viagem oficial à Alemanha, o senador Marco Maciel, presidente

do PFL, foi a Sarney e manifestou estranheza com o que via. Lembrou que, antes da viagem, acertara com Sarney a posição de permanecerem, ambos, na trincheira em defesa do presidencialismo. Na volta da Alemanha, encontrou Sarney em posição diferente.

A intervenção de Maciel fez com que Sarney, ainda no domingo, mandasse o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, declarar que o governo não mudara sua postura quanto ao debate em torno do sistema de governo. “O presidente quer manter o presidencialismo”, proclamou o ministro. Sarney sabe que o PFL parlamentarista votará em favor do presidencialismo se acordo algum for obtido com o PMDB para adoção de uma fórmula mista e gradual. O acordo é improvável.

O fim dos marajás

O deputado Bernardo Cabral descobriu um modo de acabar com os marajás na administração pública de uma hora para a outra. No próximo anteprojeto de constituição, haverá um artigo que dirá que o reajuste de salário só será aplicado sobre o salário-base — não mais sobre gratificações e outras formas de remuneração que alguém usufrua. De resto, o anteprojeto extinguirá, simplesmente, o direito adquirido invocado pelos atuais marajás. Eles perderão tudo que ganham acima do limite salarial fixado para as funções que desempenham.

Roubo dá em cassação

O chefe da Cobar em Brasília, que distribuiu, certa vez, calcinhas femininas como brinde de Natal, teria perdido a condição de se candidatar a qualquer

posto eletivo, caso vigorasse um dispositivo da Constituição que o deputado Bernardo Cabral oferecerá à Comissão de Sistematização da Constituinte. Sua aprovação final pelo plenário significará que a prática de atos de improbidade administrativa, doravante, importará na perda de direitos políticos enquanto durar os efeitos da condenação criminal, além da perda da função e a indisponibilidade dos bens.

Esquerda perde Cabral

Na reta final do esboço mais importante da futura Constituição, a ser fechado depois de amanhã pelo deputado Bernardo Cabral, a esquerda está apreensiva e insegura. Coleciona indícios de que serão suavizadas, ou simplesmente eliminadas, muitas de suas sugestões incorporadas por Cabral no esboço anterior. De resto, a esquerda perdeu parte do espaço que conseguira junto ao deputado. O senador José Richa, o principal eleitor de Cabral para o cargo de relator da Constituinte, é hoje, de longe, o político com mais influência sobre ele.

Golbery, como Tancredo

A que passou, foi a semana da Constituinte traumatizada com a morte trágica do ministro Marcos Freire. Na que corre agora, em meio às aceras discussões sobre o sistema de governo, vive a Constituinte a expectativa da morte anunciada do ex-ministro Golbery do Couto e Silva. Ele não queria ser tratado em São Paulo. “Se eu for, voltarei dentro de um caixão, como Tancredo”, dizia o ex-ministro. Nos últimos dois anos, Golbery esteve cinco vezes internado em Brasília e ninguém descobriu que sofria de câncer. Como Tancredo, está morrendo com 76 anos de idade.

Pinga-fogo

■ Do deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara: “A Constituição que está sendo feita é um horror, um lixo. Não durará muito tempo”.

■ O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) exercerá a liderança do PMDB na Constituinte no lugar do senador Mário Covas dividindo as responsabilidades do cargo com o deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, e com o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado.

■ O deputado Bernardo Cabral deverá alterar o artigo do anteprojeto de constituição que trata da imissão imediata na posse da terra em caso de desapropriação para efeito de reforma agrária.

A alteração representará um recuo em relação à sua proposta anterior.

■ O ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, fez uma pesquisa que prova ser o parlamentarismo majoritário na Constituinte. As vésperas da última convenção do PMDB, pesquisa do ministro ajudou Sarney a acreditar que ali ele ganharia os cinco anos de mandato com o presidencialismo.

■ Não convidem o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães para a mesma mesa, pelo menos por enquanto. Sarney acha que Ulysses o traiu ao se aliar com os parlamentaristas.

■ Vem aí “o Radical de Araxá”. Aguardem.

Ricardo Noblat

PMDB reage às críticas de José Hugo

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, classificou de “injustas e impropriedades” as críticas do ministro José Hugo Castelo Branco e do porta-voz Frota Neto à forma como o PMDB se relaciona com o governo. “Essas afirmações em nada ajudam o processo de transformação. O PMDB tem prestígio o governo” — acrescentou Ulysses.

As declarações do ministro e do porta-voz conseguiram desagradar todos os setores do PMDB, da esquerda dos moderados. “O Frota Neto só conheceu o regime autoritário, não sabe como funciona a democracia. A divergência é natural” — disse o ministro da Administração, Aluisio Alves, amigo pessoal do presidente Sarney.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, afirmou que o governo deve “reclamar do povo se está sentindo falta de apoio político, pois o PMDB vem dando sustentação ao governo”. Fernando Henrique classificou as cobranças de José Hugo e de Frota Neto de “velhas ladainhas”, que não atingem mais o partido: “O PMDB tem costas largas, deixa isso para lá” — acrescentou Fernando Henrique.